

Entre senadores clima é de punição

Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**

Os senadores estão dispostos a ir até o fim nas investigações da violação do painel eletrônico do Senado Federal, mesmo que isso signifique a cassação de dois colegas. Em seu depoimento ao Conselho de Ética na quinta-feira, a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, disse que violou o painel no dia da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a pedido dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Uma "operação abafa", com o objetivo de evitar consequências mais graves para Arruda e ACM está, até o momento, descartada. Na avaliação dos senadores, a não punição dos responsáveis significaria um desgaste enorme para o Senado. "Não vejo hipótese de se fazer um grande acordo para abafar o caso. Uma pizza neste momento significaria que o Senado é que será assado", disse o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra.

Para Pedro Simon (PMDB-RS) é impossível que os senadores joguem o assunto para debaixo do tapete. "A opinião pública está de olho. Não acredito na hipótese de uma 'operação abafa'. A decisão do Conselho de Ética vai para a frente mesmo que seja a cassação", disse o senador Pedro Simon (PMDB-RN).

O senador Jefferson Peres (PDT-AM), membro do Conselho de Ética, disse que "o Senado se acaba" se os parlamentares optarem por "colocar panos quentes" em vez de apurar

o episódio da violação do painel. Para Peres, não importa o risco de os dois senadores serem cassados. "Tem de haver punição. Se for suspensão, suspende, se for cassação, que se casse", afirmou.

E não são apenas os senadores de oposição que defendem uma apuração e uma punição severa para os responsáveis pela violação do painel. Para alguns senadores tucanos ouvidos pelo **Correio**, não é hora de solidariedade partidária neste momento. "Precisamos ter solidariedade com a instituição. Nós é que precisamos de solidariedade", disse um senador governista, que preferiu não se identificar.

À ESPERA DE ACM

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) o plenário deve seguir a decisão do Conselho de Ética. "Não é hora de se colocar neste momento o corporativismo ou as relações de amizade. A instituição está muito desgastada. Pode ser doloroso, mas não temos outra alternativa", afirmou. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que o Senado deve mostrar a mesma capacidade de decisão que mostrou durante o episódio de cassação do mandato de Luiz Estevão. "Não podemos deixar que a instituição sofra danos. Temos que manter a responsabilidade do Senado", afirmou.

Já Roberto Requião (PMDB-PR) acredita que existem motivos concretos para a cassação de Arruda. "Ele mentiu deslavadamente quando apresentou os seus álibis, e o Senado cassou Luiz Estevão justamente porque

Ronaldo de Oliveira



O RELATOR DO PROCESSO, SATURNINO BRAGA: "A OPINIÃO PÚBLICA TORNOU-SE MAIS EXIGENTE. IMPUNE NÃO FICA"

ele mentiu. Quebrou o decoro por ter faltado com a verdade", disse. Quanto a ACM, Requião disse que vai esperar a defesa do senador baiano para opinar.

SEM PARAR

Embalados pelo clima de responsabilidade que se instalou no Senado, o Conselho de Ética quer apressar a investigação da violação do painel eletrônico. O relator do processo, senador Saturnino Braga (PSB-RJ) pretende entregar o seu parecer dentro de 30 dias. Na próxima semana, os

membros do conselho querem ouvir os funcionários envolvidos na violação do painel e os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães.

Para terça-feira estão convocados para depor os servidores da Prodasen, Heitor Ledur e Hermílio Gomes da Nóbrega; Domingos Lamoglia (assessor de Arruda) e Sebastião Gazolla (ex-funcionário da empresa Eli-seu Kopp, fornecedora do painel eletrônico). ACM e Arruda devem ser ouvidos na quinta e na sexta. "Estamos trabalhando sem parar", disse o presidente

do Conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para ele, não há clima para abafar o episódio de violação do painel. "A disposição do Senado é de ir até o fim", afirmou.

Saturnino Braga tem a mesma opinião de Tebet. O relator disse não acreditar em conchavos entre partidos políticos ou em uma operação para abafar ou livrar os senadores de punições. "A opinião pública tornou-se mais exigente, assim como a imprensa, os parlamentos e o Ministério Público. Impune não fica", afirmou.